

Empresários querem gasto público menor

por Marco Antônio Monteiro
do Rio

Empresários fluminenses afirmaram que o esboço do programa econômico, em elaboração pelo governo, tem como objetivo básico reduzir a pressão diária da rolagem da dívida pública, alongando o seu perfil, o que pode vir a ajudar na redução das taxas de juro, beneficiando a produção industrial. Também houve consenso, no entanto, de que medidas, como o fim do "fundão" e da Taxa Referencial Diária (TRD), por exemplo, podem ser facilmente burladas com o uso de outros mecanismos pelo mercado financeiro, para proteger os poupadores da corrosão diária da inflação.

O superintendente do grupo Arbi, Roberto Terziani, acredita que essas medidas podem causar mais problemas do que soluções, porque os agentes econômicos, certamente, deixarão de comprar títulos do governo e vão criar



Ronaldo Veirano

outros mecanismos que garantam liquidez diária. "Dez anos atrás, não existiam depósitos remunerados a vista, até que o mercado financeiro, com seu dinamismo próprio, criou a conta remunerada, que fugia às regras da época. Na minha opinião, será impossível evitar que se proteja a poupança da corrosão inflacionária diária", diz Terziani, para quem o go-

verno, com essas medidas, "só está atacando os efeitos e não as causas da inflação".

O governo precisa, sim, fazer uma simplificação, redução ampla e profunda da carga fiscal dos agentes econômicos e cortar seus gastos".

A mesma opinião é compartilhada pelo diretor executivo da Rádio Shack no Brasil, Rogério Marques, ao afirmar que o esboço do programa do governo "não vai ao cerne do problema, que são os excessivos gastos públicos". Para ele, a eliminação da TR ou TRD é muito pouco, porque surgirão outros indexadores da parte do próprio governo. "A base fundamental não está sendo mexida, que é a própria estrutura da máquina estatal, e principal agente da instabilidade econômica", frisou.

O presidente da Câmara de Comércio Americana no Rio de Janeiro, Ronaldo Veirano acredita que as medidas do governo estão

na direção certa, mas são paliativas e ineficazes para combater a inflação. "O alongamento da dívida pública é medida correta, porque a pressão da sua rolagem diária aumenta os juros e desincentiva investimentos na produção. Só que a eficácia seria maior, se o governo também reduzisse drasticamente seus gastos", ressalta acrescentando que provavelmente, a medida irá penalizar o pequeno poupador, que usa o fundão para completar seu orçamento mensal".

O presidente da Tecnostal (fabricante e exportador de máquinas agrícolas), Décio Lefèvre, também acredita que o alongamento da dívida interna pode gerar benefícios para a produção industrial. Ele, contudo, defende medidas mais profundas, como uma redução de incidência de impostos sobre o setor produtivo. "Só essas medidas não resolverão problema algum, enquanto não se fizer uma reforma fiscal e tributária profunda."